



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História

Brasil

Alves Ferraz, Francisco César

As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa
Revista Brasileira de História, vol. 28, núm. 56, diciembre, 2008, pp. 463-486

Associação Nacional de História

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305610>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa

The World Wars and their veterans: a comparative approach

Francisco César Alves Ferraz*

RESUMO

As Guerras Mundiais deixaram para a posteridade dezenas de milhões de ex-combatentes, que retornaram aos lares transformados física e psicologicamente. Em seu retorno, enfrentaram problemas de toda sorte para a reintegração social. Neste artigo são abordados os processos de reintegração social dos ex-combatentes norte-americanos, franceses e ingleses, nas duas guerras mundiais. A principal conclusão é que, mais que a existência ou não de uma estrutura de apoio e programas de retorno dos combatentes à sociedade, a variável decisiva para definição do sucesso ou não da reintegração social foi a relação que a sociedade não-combatente travou com a guerra lutada e com seus combatentes. Em outras palavras, a aceitação ou não, entre a população civil, da participação de seus jovens nos conflitos, bem como a memória social dessas guerras, repercutiram profundamente na forma como esses milhões de jovens retornaram às suas vidas sociais e profissionais.

Palavras-chave: veteranos de guerra; Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

The World Wars left to posterity tens of millions of combat veterans who returned home physically and psychologically transformed. They faced all kinds of problems related to their social reintegration. This article examines the social reintegration processes of North-American, French and English ex-combatants from both World Wars. The main conclusion is that, more than the existence or not of a support structure and programs to reintegrate combatants into society, the decisive factor for success or failure in reintegration was the relationship of civilian society to the war. In other words, the civilian population's level of acceptance of their youngsters' participation in the conflicts, as well as the social memory of the wars, had a deep effect on the ways these millions of young people were able to return to their social and professional lives.

Keywords: war veterans; First World War; Second World War.

* Depto. de História, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Rodovia Celso Garcia Cid, s/n. Caixa Postal 6001. 86051-990 Londrina — PR — Brasil. franciscoferraz1964@yahoo.com.br.

Este artigo visa compreender, comparativamente, os processos de reintegração social de milhões de veteranos de guerra que, sobreviventes dos dois maiores conflitos da história da humanidade, marcaram profundamente as sociedades a que pertenciam. A ênfase, aqui, será dada a um tipo especial de combatente, maioria absoluta nessas duas guerras “totais”: o jovem conscrito, recrutado na vida civil e que, em seu retorno, teve de conviver com suas experiências e traumas, físicos e emocionais. Embora a abordagem não tenha a intenção de ser excludente, os ex-combatentes militares regulares têm aqui menor destaque, porque seu pertencimento à instituição militar produz outras experiências e respostas, que merecem análise mais específica do que a aqui apresentada. Outra escolha foi a da nacionalidade dos combatentes estudados. Neste artigo, a pesquisa concentrou-se nos ex-combatentes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, nações com mercado de trabalho concorrencial e vencedoras nas duas guerras mundiais. Por sua complexidade social e cultural, a experiência dos veteranos alemães requer uma discussão que as dimensões deste artigo não poderiam comportar.

A IMPORTÂNCIA DA CONSCRIÇÃO UNIVERSAL

Os veteranos de guerra constituíram-se em problema social de vulto, desde a instauração, em várias nações do mundo, do recrutamento masculino universal, a partir da Revolução Francesa. Com efeito, ao ampliar a base de recrutamento das tropas, estendendo-a aos cidadãos, os Estados Nacionais ou órgãos centralizados de combate (no caso de guerras civis, como a de Secesão Americana) ganhavam reforços em quantidade e qualidade de mobilização, mas contraíam responsabilidades e compromissos que deveriam ser cumpridos, quando a guerra e a mobilização acabassem.

A conscrição produziu pelo menos duas transformações radicais nas nações que a adotaram. A primeira, de ordem política, foi a de cristalizar o culto à pátria, o sacrifício patriótico. Do ponto de vista militar, o exército de conscritos constituiu também uma verdadeira revolução. Significou exércitos reforçados na guerra e cidadãos educados “no civismo e amor à pátria” nos tempos de paz. Foi, sem dúvida, impulso decisivo para a profissionalização dos exércitos a partir do século XIX. A ampliação da base combatente correspondeu à necessidade de ampliar a estrutura orgânica das forças armadas. O oficialato deixou de ser apanágio exclusivo dos ramos aristocráticos e, com isso, a carreira militar abriu-se como fonte de oportunidades para jovens talentosos e ambiciosos. Ao invés de sobrenomes ilustres, podiam mostrar lide-

rança e eficiência em combate. Além do mais, o desenvolvimento da arte da guerra nos séculos XIX e XX demandava estruturas complexas de treinamento, suprimento, comunicações, reforços etc., exigindo mobilização cada vez maior de combatentes e não-combatentes. Em suma, já na primeira metade do século XX, a guerra envolvia, direta ou indiretamente, toda a sociedade, antes, durante e depois do primeiro tiro.

Todas essas transformações produziam mudanças radicais nas formas pelas quais os combatentes se relacionavam com o Estado ou órgão centralizado que os recrutava. Embora com variações, a estrutura de recrutamento e serviço ativo pode ser assim resumida: em certa idade, jovens de todas as regiões deviam alistar-se, registrar-se junto às autoridades militares. Eram então selecionados aqueles considerados saudáveis e capazes de lutar em um eventual conflito. Nos estabelecimentos militares, em períodos que variavam de poucos meses a alguns anos, os assim selecionados aprendiam os fundamentos de combate com instrutores, geralmente praças e oficiais profissionais das forças regulares. Aprendiam também as virtudes cívicas, bem como reforçavam sua identidade nacional e grupal (pertencimento a unidades militares, como os regimentos, por exemplo). Findo o serviço militar, ficavam registrados para eventual convocação. Esta poderia acontecer quando as autoridades entendessem conveniente mobilizar os contingentes da reserva, em geral, na eventualidade de um conflito de proporções maiores do que aqueles aos quais as forças regulares pudessem responder ou atuar com eficiência.

Às vezes, durante o serviço militar, uma guerra eclodía, e eram então encaminhados para a retaguarda das linhas combatentes, para completar o treinamento e, posteriormente, entrar em ação. Enquanto estivessem em serviço ativo, seja em treinamento, seja mesmo em guerra, o Estado ou órgão centralizado responsabilizava-se por eles, pagando soldo, alojando-os, alimentando-os, equipando-os para combate, cuidando de sua saúde (se feridos ou doentes em combate) ou, em caso de morte ou desaparecimento, amparando suas famílias, na forma de pensão pecuniária. O Estado, assim, cobrava do cidadão seu dever militar. Em contrapartida, ao retirá-lo de seus afazeres, de seu emprego, de seus familiares, deveria responsabilizar-se por ele e, ao fim da guerra, restituir-lhe o máximo possível de sua vida anterior. Se o soldado tombasse em combate, o Estado teria o compromisso de indenizar sua viúva e/ou familiares por esse tributo de sangue. Se tivesse ficado ferido ou doente, deveria ser-lhe providenciado atendimento médico e amparo, no caso de incapacidade permanente. Mesmo quando sobrevivente e/ou curado, cabia

ao Estado promover sua reintegração social e material à Nação pela qual colou sua vida em risco.

A compreensão de que, em relação à conscrição, Estados Nacionais e cidadãos possuíam deveres recíprocos, demorou muitas décadas para consolidar-se. Somente quando o recrutamento para a guerra envolveu parcelas expressivas da população civil é que o problema tornou-se relevante o suficiente para não poder ser mais desprezado. Foi o caso da Guerra Civil Americana. Quando o conflito eclodiu, em 1861, sua abrangência, letalidade e espectro de destruição tornaram evidente que os problemas do pós-guerra seriam multiplicados, entre eles, o da reintegração social e econômica dos mutilados, incapacitados e neuróticos de guerra, bem como as pensões para os familiares dos combatentes mortos. Durante a guerra e nos anos seguintes, as pensões e benefícios concedidos foram crescendo em modalidades (variações de acordo com o tipo de incapacidade, graduação militar, número de filhos etc.), valor pecuniário e, principalmente, em número de beneficiados atendidos. Assim como os benefícios e beneficiários, cresceu também o aparato burocrático para administrar e fiscalizar sua concessão.

A razão para tamanha ampliação foi, segundo Theda Skocpol, política. Como o contingente de cidadãos combatentes perfazia 5% da população total do país, e cerca de 37% da população masculina economicamente ativa e votante dos estados da União, conceder benefícios às custas do Tesouro era um dos meios mais eficientes de conquistar seus votos. Contudo, com o passar dos anos, a força política dos veteranos de guerra decrescia à medida que sua proporção entre os eleitores diminuía e, simultaneamente, aumentava o rombo das contas públicas, o que implicava sacrifícios e mais impostos de outros grupos sociais. Para algumas lideranças políticas, havia sido criada uma casta de cidadãos privilegiados, o que seria avesso aos princípios norteadores da República americana.¹

Assim, três décadas depois da Guerra Civil, novas gerações votavam e se opunham aos benefícios aos veteranos, ou eram indiferentes a eles. Essa reação influenciou consideravelmente a política norte-americana de pensões e benefícios dos veteranos da Primeira Guerra Mundial, que diferentemente daquela da Guerra Civil, foi muito mais restritiva e parcimoniosa. Nesse caso, apenas acompanhou uma tendência geral de despreparo e mesmo indiferença das autoridades europeias para com os problemas dos veteranos e incapacitados da Primeira Guerra Mundial.

O DIVISOR DE ÁGUAS

A Primeira Guerra Mundial deixou como herança, além de destruição e morte, milhões de combatentes que sobreviveram, mas que jamais seriam os mesmos. Por quatro anos, homens que marchavam alegres para o *front* — quando de seu recrutamento — vivenciaram uma das experiências mais terríveis da história humana. A morte dessensibilizada, o sacrifício inútil de uma geração, a convivência física e psíquica com o horror de uma guerra cada vez mais sem sentido transformaram os combatentes em pessoas diferenciadas, marcadas pelo conflito.

Por sua vez, durante o conflito, nem as autoridades, tampouco a população civil das nações beligerantes se prepararam para o fato de que, terminada a tempestade da guerra, esta traria para sua vida a convivência com as massas de homens que nela lutaram, e que nela deixaram sua inocência, seus membros, seus sonhos, sua sanidade mental. Eram milhões de homens brutalizados, aleijados, deformados, psicologicamente arruinados ou traumatizados, procurando voltar à vida civil, retomar seus empregos, reativar seus laços sociais. Logo se perceberia que a mera concessão de pensões pecuniárias seria insuficiente, quantitativa e qualitativamente. Urgiam programas mais abrangentes para a resolução de problemas que deixaram de ser restritos aos combatentes, para afetar toda a sociedade. Dos governos à iniciativa privada, todos deveriam preocupar-se com a reintegração física, psíquica, social e econômica dos veteranos de guerra e sua contrapartida, a preparação dos que ficaram nos campos e cidades para a convivência com a face mais visível da guerra e de sua memória dolorosa e incômoda: o veterano. Sem saber o que fazer com as imensas massas de combatentes desmobilizados, tampouco com as consequências demográficas das baixas da guerra — famílias ceifadas, viúvas, órfãos etc. —, a população civil também jamais seria a mesma de antes da guerra.²

Tal despreparo já era flagrante durante a guerra. Por volta de 1915-1916, à medida que os feridos considerados incapazes de voltar ao *front* retornavam à vida civil, encontravam toda sorte de dificuldades. Em alguns países como a França, a legislação relativa aos incapacitados de guerra ainda era a do século anterior, totalmente imprópria para as condições da época. Outro problema era obter a pensão de incapacidade, pois seria preciso provar que a incapacidade fora causada pela guerra. Na confusão dos combates, muitos ficavam sem os registros em ordem e tinham dificuldade em comprovar sua deficiência para uma incompetente e desdenhosa burocracia, mesmo quando

isso parecia óbvio — a perda de braço ou perna, por exemplo.³ Outro óbice, que perduraria até muitos anos depois da guerra, era a desinformação dos próprios combatentes sobre seus direitos.

Perto do final da guerra, essas sociedades, que saudaram os jovens quando eles se encaminhavam para o *front*, viraram-lhes as costas ou demonstraram dificuldade em lidar com problemas de tal monta. Mutilados e deformados na França, por exemplo, somente tiveram reconhecidos seus direitos de reparação em 1925. Até então, os incapacitados franceses ficavam à sua própria sorte, mesmo com extremas dificuldades de encontrar emprego. Quando conseguiam, sofriam discriminações pela mutilação ou pelo fato de receberem uma pequena pensão, o que justificava, para os patrões, a redução de seus salários. Tão dramática quanto essa era a situação dos que padeciam de problemas psiquiátricos causados pela guerra: quando não eram abandonados nos asilos e manicômios, sofriam uma espécie sutil de “morte social” diante de seus parentes e amigos próximos. Além disso, os traumas psiquiátricos de guerra ainda eram tratados com desconfiança pela classe médica, ou mesmo com má vontade oficial, como no caso das autoridades inglesas, que geralmente rotulavam as manifestações de neurose de guerra como “fraude contra o Ministério das Pensões”.⁴

Todos esses problemas se agravaram quando a guerra acabou, e milhões de soldados desmobilizados retornaram para suas casas. Esses homens, que passaram anos compartilhando o cotidiano brutal da guerra, que eram alimentados e amparados pelas autoridades militares, foram repentinamente desmobilizados e devolvidos às comunidades de origem, tão transformadas quanto eles. Freqüentemente, os ex-combatentes encontravam dificuldades em voltar à vida familiar, depois de tanto tempo no exército. Por sua vez, as famílias também tinham dificuldades em compreender aqueles jovens e suas transformações durante a guerra. As notícias e correspondências de guerra censuradas não ajudaram a entender a natureza e o efeito dessas experiências. Heróis ou assassinos sanguinários, tais imagens não correspondiam à vivência dos combatentes. Em alguns países, constatou-se que uma parcela significativa dos casamentos anteriores à guerra fracassou depois do retorno dos soldados. Os índices de violência e maus tratos a familiares também cresceram.⁵

Somado ao quadro de desajuste físico e social, havia o econômico: o desemprego foi, sem dúvida, o maior problema encontrado pelo ex-combatente. Embora houvesse legislação e incentivos de proteção (geralmente subsídios pagos pelos governos) e preferência de emprego ao veterano de guerra, os

resultados foram decepcionantes. Os patrões empregavam os ex-combatentes, seja pelos compromissos do tempo de guerra, seja pelos subsídios, mas logo os substituíam pelos ocupantes anteriores. Como vários ex-combatentes apresentavam problemas físicos e comportamentais, era fácil encontrar “justificativa” para as dispensas. A recessão econômica dos anos pós-guerra piorou ainda mais a situação dos ex-combatentes, principalmente daqueles com alguma mutilação ou problema de saúde originado pela guerra.⁶

Mesmo nos países em que a estrutura econômica e a manutenção de seu aparato produtivo intacto permitiam melhor absorção de mão-de-obra, como na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, os ex-combatentes vivenciaram dificuldades. Na Grã-Bretanha, em 1919, 80% dos homens que serviram no exército britânico haviam sido desmobilizados e, surpreendentemente, a quantidade de requerimentos de seguro-desemprego foi pequena. Poucos distúrbios e revoltas sociais foram registrados nesse período, o que sugere uma absorção inicial desse contingente de soldados que voltaram em busca de empregos. Todavia, nos anos seguintes, a euforia logo passou e os sinais de depressão econômica contraíram a capacidade de absorção de mão-de-obra e o desemprego voltou a ser uma ameaça. O problema agravou-se porque no campo, entre 1918 e 1921, houve uma considerável transferência de renda, provocada pelo surto de venda de terras em razão da morte de seus donos, ou de seus herdeiros, na guerra, ou mesmo da idade reduzida destes, que os impedia de assumir os negócios da produção familiar. Assim, no campo e na cidade, os veteranos de guerra e suas famílias enfrentavam muitas dificuldades, contra inimigos invisíveis como as leis do mercado, a indiferença ou mesmo a hostilidade da população não-combatente. As opções políticas não aceitavam meio termo: muitos desses ex-combatentes aderiam ao Partido Trabalhista ou ao fascismo inglês liderado por Oswald Mosley.⁷

A consequência foi a fermentação social. A revolta por não encontrar o emprego que deixara, quando do alistamento, apesar das promessas oficiais, combinou-se explosivamente com a onda revolucionária na Europa, o que deixou as autoridades de prontidão, até mesmo em países sem tradição de partidos comunistas fortes, como Estados Unidos e Grã-Bretanha.⁸ É digno de nota que grupos cada vez maiores de ex-combatentes começaram a militar no movimento sindical, usando até mesmo táticas aprendidas na guerra para enfrentar a polícia. Em compensação, alguns empresários e autoridades governamentais esforçaram-se por cooptar veteranos para organizações conservadoras e de direita, que usavam os mesmos dispositivos táticos para combater greves e manifestações públicas. Essa situação conflituosa desnudava a

iniqüidade das políticas públicas para os veteranos, apesar do véu otimista das propagandas oficiais. Além disso, mostrava a todos o crescente impacto social dessas dezenas ou centenas de milhares de ex-combatentes que começavam a se organizar em associações e ligas, para a defesa de seus direitos, reivindicação de seus benefícios e, tão importante quanto o amparo oficial, para sua expressão social e política. A guerra em que participaram era, ao mesmo tempo, o vínculo comum e seu elemento diferenciador. Para muitos deles, era o inferno a ser evitado a todo custo. Mas para outros, era seu símbolo distintivo, enobrecedor. No confronto dessas duas tendências está uma das raízes mais profundas das políticas nacionais que conduziram a Europa, e depois o mundo, à maior de todas as guerras.

AS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES

A imagem de grupos de homens desajustados perambulando por ruas e bares, sem emprego nem perspectiva, com rancores nacionalistas à flor da pele e indisfarçada nostalgia da camaradagem militarista dos tempos da guerra, povoa até hoje a concepção que muitos possuem sobre as organizações de veteranos da Primeira Guerra Mundial. É claro que a história daqueles que fundaram na Alemanha o Partido Nacional-Socialista, alguns deles combatentes da Primeira Guerra Mundial, contribuiu sobremaneira para reforçar essa imagem negativa. Militaristas, sectários ou mesmo fascistas: assim muitos contemporâneos os viram, assim alguns ainda os concebem, apesar de as pesquisas históricas nunca terem endossado tal versão.⁹ Muito pelo contrário, estas têm demonstrado que as respostas de ex-combatentes de cada nação estiveram bem longe da unanimidade. Parece evidente que o “Mito da Experiência da Guerra” — termo cunhado pelo historiador George Mosse para designar o processo de formação de uma crença comum de que o conflito criara grupos de homens especiais, forjados nas dificuldades e sacrifícios da guerra, distinguidos pela inquebrantável camaradagem e lealdade ao país — produziu um apelo de maior aceitação em nações cujos ex-combatentes combinavam a frustração da derrota (Alemanha, Áustria) ou da vitória perdida (Itália) com as inseguranças da Grande Depressão e com a violenta polarização entre esquerda e direita na política interna. Entretanto, mesmo nessas condições, os veteranos caracterizados por tal mentalidade, que radicalizaram suas ações concretas para os movimentos de cunho fascista, eram inicialmente minoria entre seus pares, e o sucesso popular de tal política não pode ser

explicado apenas pela sua existência. Na realidade, por muitas outras razões, o terreno estava fértil para esse tipo de movimento.¹⁰

Diferentemente da crença comum de que essas associações foram criadas para perpetuar a irmandade das trincheiras, o fato é que possuíram e possuem muitos outros fins, além, é claro, de valorizar a fraternidade da luta em comum. Durante e, principalmente, depois da guerra, os veteranos agrupavam-se para homenagear e relembrar os companheiros que morreram, relembrar os (poucos) bons momentos, ajudar mutuamente com as recordações mais amargas e difíceis, reunir forças para garantir o amparo dos companheiros mais necessitados e, principalmente, pressionar a opinião pública e as autoridades para o estabelecimento de leis e benefícios para aqueles que deram sua vida e sua saúde física e mental para a Nação à qual pertenciam. Paralelamente a essas reivindicações, nos países aqui abordados lembravam aos que ficaram em casa e às autoridades que era dever da Nação concorrer para que tal massacre nunca mais se repetisse. Em contraste, em países vencidos ou sem os supostos benefícios dos vencedores, como a Alemanha e a Itália, as associações reproduziam os rancores nacionais e insatisfações de seus membros. A história dos países beligerantes, no período entre guerras, não pode ser entendida sem prestar-se atenção a essas agremiações.¹¹

Em todos os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial, surgiram e cresceram as associações de ex-combatentes. Inicialmente pulverizadas nas várias categorias de veteranos — associações de mutilados, de deformados, de neuróticos, de feridos, de retornados, de familiares dos mortos etc. — e mesmo em circunscrições regionais, seguiram a tendência posterior de unificação em grandes associações, de caráter nacional. Obviamente, o senso patriótico estava presente nessas agremiações, conquanto seja digno de nota que o pacifismo e o antimilitarismo também apareciam nos discursos e manifestações de associações, numa complexa combinação, como mostra o caso das associações francesas no período entre-guerras, que chegaram a somar mais de três milhões de franceses. Seu crescimento expressava uma tendência mundial:

Nem o fenômeno, nem sua amplitude, são restritos à França ... Todos os países empenhados na Primeira Guerra Mundial viram a constituição de poderosas associações de combatentes. Na Alemanha, ao lado do poderoso *Stahlhelm*, que passava de um milhão de aderentes, o *Reichsbund* conta com 400 mil membros e o *Reichsverband* com 120 mil. Com algumas outras associações, o efetivo dos combatentes alemães pode ser estimado em dois milhões. Na Áustria, a *Zentralverband* reivindicava 130 mil membros, enquanto na Itália, a *Associazione*

Nazionale fra Mutilati contava com 450 mil, aos quais convém acrescentar os membros, bem mais importantes, da *Associazione Nazionale Combattenti*. A *American Legion*, aberta a todos os mobilizados e não só aos membros do corpo expedicionário, ultrapassa um milhão de membros em 1931, diminuindo um pouco nos anos seguintes. No final das contas, foi a Inglaterra que conheceu o movimento combatente mais fraco, pois os efetivos da *British Legion* oscilaram entre 300 e 400 mil membros apenas, entre 1929 e 1939. A importância numérica dessas associações não é, portanto, um fato particular à França, mas um fenômeno universal. Por toda parte, os efetivos dessas associações correspondem à guerra que os fez nascer.¹²

Os resultados desses esforços e lutas variaram de país para país. Originalmente apartidárias, logo as organizações de veteranos atraíram os interesses de partidos e grupos políticos. Por sua vez, para verem sancionadas as medidas de reintegração social, amparo e benefício de seus membros, as lideranças das organizações tinham, de uma maneira ou outra, de se envolver no debate político-partidário. Como grupo que realmente “fez” a guerra, opinava abertamente sobre as políticas de paz, de defesa nacional, de recrutamento militar, de relações exteriores etc., o que ampliava sua participação nas discussões políticas nacionais. Em alguns casos, tal envolvimento significava o perigo de cisão no movimento dos veteranos, em outros, a hegemonia política de um (ou mais) grupo(s) de ex-combatentes sobre outro(s).

As respostas das autoridades às reivindicações dos ex-combatentes variaram de país para país. Em comum, essas providências oficiais demoraram anos para serem oficializadas, demandaram acalorados debates nos parlamentos e ministérios e tiveram sua aplicação prejudicada pelos tortuosos labirintos burocráticos. Para as associações, as pensões e benefícios deveriam abranger os incapacitados, os familiares dos mortos em combate e os ex-combatentes em geral. Garantias de emprego para os ex-combatentes também eram reivindicadas, além de programas consequentes de integração social, como treinamento e ensino profissionais. Na realidade, contudo, os benefícios sancionados foram bem menores do que esperavam os veteranos e suas famílias. Os governos e parlamentares alegavam, geralmente, que, apesar de reconhecer que tais sacrifícios pela pátria deveriam ser recompensados, os Estados nacionais não disporiam de recursos para atendê-los. Outra justificativa para negar os benefícios seria a de que a percepção de uma pensão por parte de alguém, por ter sido combatente no passado, poderia criar “cidadãos diferenciados”, o que feriria os princípios de igualdade de todos perante o Estado.

Assim, as políticas de amparo e reintegração do ex-combatente se restringiram, em vários países, a alguma indenização para os incapacitados e familiares dos que morreram em combate, paga em uma única prestação ou mensalmente, quantia bastante reduzida e sem reajuste, apesar das espirais inflacionárias.

Espetáculos constrangedores de veteranos da Primeira Guerra Mundial perambulando pelas ruas na mendicância tornaram-se comuns em vários países. Nos Estados Unidos, a *American Legion* — a principal associação americana de veteranos, fundada logo depois da Primeira Guerra — e algumas redes de imprensa, como a de William Randolph Hearst, tentaram capitalizar a indignação geral para pressionar a aprovação de leis de amparo ao ex-combatente, em meio à Segunda Guerra Mundial. O problema era muito mais dramático que a simples concessão de alguns benefícios. Após a volta dos contingentes mobilizados aos Estados Unidos, uma onda de violência envolveu o país, com greves e conflitos com a polícia nas principais cidades, atentados, “caça às bruxas” de agentes federais contra supostos comunistas e anarquistas, e até o crescimento acelerado de organizações de extrema direita, como a Ku Klux Klan. Esse período, conhecido como o “Medo Vermelho”, ainda era agravado pelos conflitos entre os americanos “nativos” e os milhões de imigrantes, alguns dos quais lutaram pelos Estados Unidos na guerra e exigiam a igualdade e cidadania conquistada nas trincheiras.¹³

Somente em 1924, após grande pressão de vários setores da sociedade americana e vetos dos presidentes Harding e Coolidge, o Congresso aprovou o que chamou de “Lei das Compensações Ajustadas”. Esta previa uma espécie de “bônus”, resgatável pelos veteranos apenas em 1945, na razão de 1,25 dólar por dia de serviço na guerra (Bennett, 2000, p.57-58).

A Grande Depressão ressaltou os problemas do desemprego e da dificuldade de reintegração social dos veteranos de guerra. A *American Legion* voltou a organizar movimentos sociais dos veteranos por todo o país. Marchas e manifestações eram organizadas em vários estados americanos, até o episódio dramático da violenta repressão de tropas federais à “Marcha para Washington”, em que aproximadamente 12 a 14 mil veteranos, “The Bonus Army”, acompanhados de suas famílias, além de outros manifestantes, peregrinaram até a capital do país, para pressionar o Congresso e o governo a aprovar o pagamento imediato do “bônus” para os ex-combatentes, em 1932. Como a aprovação não saía, os manifestantes acamparam precariamente nos arredores de Washington, e prometiam não sair de lá até conseguirem o adiantamento do bônus. O presidente Hoover mandou tropas para expulsá-los do

local, o que foi feito com grande violência. Entre os comandantes da repressão estavam os generais Douglas MacArthur e George Patton, oficiais que tinham, durante a Grande Guerra, comandado homens como aqueles que estavam acampados. O saldo do conflito entre os manifestantes e as tropas do governo foi de vários mortos, entre eles crianças. Para alguns analistas da época, esse foi o canto de cisne do presidente Hoover, que pleiteava a reeleição. Entretanto, seu adversário e sucessor, o democrata Franklin Delano Roosevelt, manteve a política restritiva à ampliação dos benefícios, mas não conteve o movimento pelos bônus, cujo pagamento o Congresso finalmente aprovou em 1934.¹⁴ A lição, porém, foi aprendida.

A “Marcha para Washington” foi o ponto de inflexão das reivindicações dos veteranos americanos e das atitudes governamentais em face destes. O desdém foi logo substituído pela preocupação repressiva, e depois, pela compreensão generalizada de que o problema não seria resolvido com uma pensão pecuniária ou a permanente repressão aos manifestantes. Anos depois, tais tensões sociais seriam lembradas como motivo relevante para a criação de políticas de efetiva reintegração social dos veteranos depois da Segunda Guerra Mundial. Evitar tais tensões seria, portanto, um dos objetivos subjacentes das legislações de ex-combatentes da guerra seguinte. O outro objetivo seria transformar o veterano de mero pensionista, dependente do Estado, em combatente que o retorno ao lar transformou em cidadão produtivo (Dickson; Allen, 2004, p.266-277; cf. Bennett, 2000, p.121).

Esse espírito, que seria uma das bases do *Welfare State* do período posterior à Segunda Guerra Mundial, norteou, de maneira geral, as políticas de desmobilização e reinserção social dos ex-combatentes nas nações aliadas. Nenhum governo, aliado ou não, queria repetir os erros e descasos em assuntos que envolvessem veteranos de guerra. E ainda que o perigo de transformação de grupos de ex-combatentes em milícias paramilitares fascistas tenha praticamente desaparecido, tampouco se queria correr os riscos de uma revolução social depois da “guerra total”.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: MELHOR ACOMPANHAMENTO E LEGISLAÇÃO MAIS OBJETIVA E EFICAZ

Quando a Segunda Guerra Mundial caminhava para o fim, aqueles que combatiam, bem como suas classes dirigentes, manifestavam preocupação

com o futuro. O que aconteceria quando todos os contingentes humanos mobilizados voltassem, e as economias direcionadas para o esforço de guerra tivessem de reestruturar-se para a desejada paz?

À parte das considerações das políticas diplomáticas de vencedores e vencidos, o destino dos ex-combatentes teria agora uma atenção mais específica. Em alguns países, antes mesmo de se configurar a vitória, já havia comissões de estudo, designadas pelos governos nacionais, para definir políticas substantivas de reintegração física, social e econômica dos desmobilizados, feridos e incapacitados de guerra. O temor de repetir os equívocos do pós-guerra anterior era grande, mas as sociedades, a guerra e os seus veteranos já não eram mais os mesmos. O melhor acompanhamento dos problemas físicos, materiais, psicológicos e sociais dos ex-combatentes, leis mais efetivas, a natureza distinta da Segunda Guerra e a maneira diferente de como a guerra seria lembrada pelos combatentes, pelos que ficaram no *front* doméstico e pelas gerações posteriores, contribuíram para desenvolver uma nova configuração política e social dos veteranos de guerra.

FRANÇA: *L'ÉTRANGE DÉFAITE, L'ÉTRANGE VICTOIRE*

A “estranha derrota” para a Alemanha, como definiu o historiador Marc Bloch, marcou profundamente a forma como os franceses vivenciaram e recordaram a Segunda Guerra Mundial. Já não havia mais o *poilu*¹⁵ mítico, símbolo da vitória e da união nacional. As divisões políticas internas, que geraram os colaboracionistas, os membros da Resistência e aqueles que ora simpatizavam com um lado, ora com o outro, acabariam por contribuir muito para definir o *status* social dos veteranos franceses dessa guerra. Eram, na maioria, veteranos vencidos de uma guerra ganha.

Quando a França se rendeu formalmente, em 22 de junho de 1940, 1 milhão e 600 mil homens foram desmobilizados. Outros 1 milhão e 200 mil se tornaram prisioneiros de guerra, em campos de prisioneiros e de trabalho alemães. Para os que ficaram na França, havia pouca escolha além de tentar retornar ao emprego original, conseguir outro, ou recrutar-se nos impopulares “Serviços de Trabalho Obrigatório” (STO). Nesse programa, criado sob Vichy, aproximadamente 700 mil franceses trabalharam em indústrias alemãs, muitos deles forçados pelo desemprego ou iludidos por uma hipotética

troca de trabalhadores por prisioneiros de guerra franceses confinados na Alemanha, o que acabou nunca acontecendo.¹⁶

O exército francês, porém, não desapareceu completamente. Os ocupantes vingaram-se das restrições de Versalhes e autorizaram aos franceses os mesmos cem mil homens de contingente máximo que haviam sido “permitidos” às forças armadas alemãs depois da Primeira Guerra Mundial. Para substituir o serviço militar e ocupar os jovens desmobilizados “sãos” e “unidos”, o regime criou as “oficinas da juventude” (*Chantiers de Jeunesse*), a partir de junho de 1941. Muitos de seus instrutores foram recrutados dentre os ex-combatentes, pertencentes à *Légion Française des Combattants*. Essa instituição, difusora dos novos valores sob o regime de Vichy, havia reagrupado as associações de ex-combatentes. Sua existência dividia as opiniões. Para alguns, estimulava uma resistência futura ao alemão. Para outros, apenas executava a doutrinação de valores de direita e de colaboração com o inimigo invasor.¹⁷

Os veteranos envolvidos nessas atividades eram minoria entre seus pares. A maioria amargava quieta a Ocupação e a falta de união nacional, que a seu ver, havia sido a causa da derrota. Restava, ainda, a Resistência. Esta reunira, em sua heterogeneidade, contingentes diversos de franceses e francesas, alguns dos quais veteranos da guerra anterior e grupos de desmobilizados de 1940. A exigência cada vez maior de “profissionalismo” e conhecimentos militares nas atividades clandestinas contava a favor desses combatentes que sonhavam com sua revanche. Constituíam, porém, minoria entre os resistentes.¹⁸

Os resistentes eram, por sua vez, minoria pouco expressiva numericamente na sociedade francesa. Sua ação, contudo, figura até hoje no plano mais elevado da história e da memória da guerra na França, seja em sua versão gaullista, seja em sua versão comunista. São os únicos “combatentes” franceses efetivamente comemorados. Sua existência mítica fixou-se no tempo, principalmente depois da libertação da França, pelas tropas anglo-americanas, em 1944.

O governo provisório de De Gaulle iniciou o retorno dos deportados e prisioneiros de guerra, inicialmente na França e, com a rendição da Alemanha em maio de 1945, em toda a Europa. A população francesa esperou, angustiada a volta dos dois milhões de “ausentes”, como eram chamados os franceses aprisionados na Alemanha, ou forçados a trabalhar em fábricas alemãs vestindo seus uniformes.

O recém-criado Ministério de Prisioneiros, Deportados e Refugiados

propôs leis e benefícios aos repatriados: bônus de mil francos a cada um, cartões de racionamento de valor dobrado para alimentos, mudas de roupas novas, cupom para aquisição de sapatos, cupons de cigarro nos postos da fronteira, duas consultas médicas gratuitas e um feriado pago ao beneficiado e sua esposa, quando do seu retorno à França. Além desses benefícios, o Ministério estimulava e apoiava coletas de fundos nas cidades, para rateio entre os retornados locais. Muitas dessas coletas eram organizadas pelas antigas associações de ex-combatentes, que retomaram seu funcionamento.

À medida que os deportados e prisioneiros de guerra retornavam, chegavam também as notícias e imagens dos campos de concentração e extermínio. Isso revoltou a população, principalmente contra os colaboracionistas notórios. Insinuava-se novamente a cisão, justamente quando os franceses se reencontravam com os seus:

Homens e mulheres festejaram o retorno dos seus próximos. Eles não se recolheram em vergonha. O problema ... não foi que os deportados causaram embaraço, desconforto, mas que eles colocaram uma contradição insolúvel para o mito fundador da França do pós-guerra ... Os deportados subverteram o princípio mítico de que todos foram, igualmente, vítimas, porque sua presença física deixava claro que alguns franceses sofreram extraordinariamente pela Libertação da França, enquanto outros tiraram proveito da sua ocupação ... Daí, por uma necessidade política, o "Retorno" foi esquecido. (Koreman, 1997, p.21)

Destarte, o veterano francês da Segunda Guerra Mundial carregava consigo, com algum constrangimento, a derrota e a vitória. Seu lugar não era, como na guerra precedente, autoconcebido como apartado da sociedade francesa, com sua experiência única de camaradagem, bravura e união nacional. Não foram somente eles e seus companheiros que sofreram os horrores da guerra, pois a população civil, desarmada, também sofrera perdas terríveis. Não precisou ir às ruas protestar contra a indiferença das autoridades às reivindicações de benefícios e emprego. Suas associações não foram pródigas em construir monumentos “à vitória”, “aos mortos” ou mesmo “à paz entre as nações”. Tampouco foram suas associações “escolas de civismo, patriotismo e cidadania”. A “pátria em armas”, o “espelho da nação”, a massa de ex-combatentes refletia suas divisões e constrangimentos. As consequências apareceram anos depois, quando 2 milhões e 700 mil soldados partiram para lutar na Argélia, mobilização a que a população francesa deu de ombros.¹⁹

Ao final da década de 1990, as autoridades francesas aboliram o serviço militar obrigatório. A era da conscrição deu lugar aos soldados profissionais. A “nação em armas” cedeu, lentamente, seu lugar para as “armas da nação”.

GRÃ-BRETANHA: A DESMOBILIZAÇÃO BEM SUCEDIDA

O governo inglês começou seus estudos sobre as providências a serem tomadas no pós-guerra no final de 1941, embora apenas no final de 1943 tivesse sido decidida e anunciada a política a ser adotada. A proposta — que estipulava uma pequena contribuição mensal, o selo-seguro — granjeou rápida popularidade. Não era para menos: os benefícios seriam estendidos dos contribuintes para suas famílias, viúvas, órfãos e crianças em geral. Mas essa era apenas a parte visível do *iceberg*. Na realidade, as autoridades inglesas visavam integrar a futura desmobilização, de milhões de homens, com a progressiva recolocação dos ex-combatentes na força de trabalho civil, com o esforço de reconstrução das edificações bombardeadas e construção de novas, e, por fim, com a remoção dos controles da economia de guerra. Destarte, os três objetivos da desmobilização foram assim definidos: a) continuidade das atividades militares essenciais; b) provimento da força de trabalho de acordo com a reconstrução econômica; c) satisfação das expectativas populares.

A desmobilização de 1945 foi desencadeada em um ritmo muito mais lento e suave que a de 1919. Apenas em dezembro de 1946 é que o trabalho de desmobilização cessou: 4 milhões e 250 mil combatentes haviam voltado para casa. Não se pode esquecer que o governo inglês ainda manteve muitos homens nas colônias e protetorados de ultramar (Índia, Pérsia, Egito, Palestina etc.), bem como em regiões ocupadas durante a guerra (Alemanha, Grécia etc.), o que também aliviou as pressões por emprego. Os atrasos no repatriamento dos soldados criaram, contudo, muitas tensões, especialmente em relação aos postos de trabalho. Assim como havia conseguido ao fim da Primeira Guerra Mundial, o governo britânico inicialmente logrou direcionar a economia sem taxas de desemprego alarmantes. Mas, de maneira análoga à do período posterior à Grande Guerra, a fase de euforia foi seguida de uma depressão econômica. Dessa maneira, pode-se concluir que, como exercício de um processo administrativo, a desmobilização inglesa foi um sucesso. Mas como contribuição para a planejada reconstrução econômica, seus resultados foram mais modestos. O planejamento era subordinado, na ordem, à política

e às forças do mercado. Felizmente, para as autoridades inglesas, quando a crise chegou, havia o Plano Marshall.²⁰

Os veteranos ingleses da Segunda Guerra Mundial, assim como os da Primeira, “não se tornaram um grupo político separado e violento, como aconteceu em outros países”. Reunidos na *Royal British Legion*, organizavam-se de maneira mais ou menos democrática e exerciam pressão, quando necessário, sobre parlamentares para discussão e aprovação de leis de seu interesse. Mas suas atividades mais usuais continuaram sendo as benéficas e sociais. A “Batalha da Inglaterra” integrou as lutas dos combatentes das forças expedicionárias e dos que vivenciaram o terror dos bombardeios no *front* doméstico.²¹

ESTADOS UNIDOS: O *G. I. BILL* E O APERFEIÇOAMENTO DA CIDADANIA

Na história norte-americana, a Segunda Guerra Mundial ficou conhecida como “a boa guerra”. Com efeito, comparada às outras guerras e conflitos em que tropas americanas tiveram participação, como a Primeira Guerra Mundial, a Guerra da Coreia e, principalmente, a Guerra do Vietnã, o relevo da Segunda Guerra Mundial é marcante. Além do consenso geral de que os Estados Unidos lutaram por uma “boa causa”, a Segunda Guerra Mundial evoca boas lembranças nesse país por ter sido a alavanca da consolidação de sua hegemonia no mundo capitalista. Mas um fato permanece, com freqüência, esquecido: para a maioria dos soldados americanos que voltaram daquela guerra, as oportunidades de aperfeiçoamento pessoal e material foram ampliadas, ao invés de serem restrinvidas pela natural retração das economias do pós-guerra.²²

O que propiciou tamanha crença foi um conjunto de leis simples, mas eficientes: o *G. I. Bill of Rights*, sancionado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt em 21 de junho de 1944, ou seja, quase um ano antes de a guerra encerrar-se na Europa e mais de um ano antes de seu fim no Teatro de Operações do Pacífico.

Muitos projetos de lei para reintegração social e material do ex-combatente foram discutidos no Congresso americano e na Casa Branca. A maioria, porém, prescrevia apenas indenizações, bônus e seguros-desemprego. A idéia de integrar o combatente retornado à sociedade através de um estímulo ao seu aperfeiçoamento educacional e profissional não surgiu das escrivaninhas

do governo, mas de pressões de deputados, educadores, jornalistas e membros da *American Legion* (Bennett, 2000, p.185 ss).

O *G. I. Bill*, como ficou conhecido, oferecia aos veteranos americanos qualificados — que estiveram em serviço ativo nas forças combatentes por pelo menos 90 dias sem punição ou falta grave — quatro maneiras de aprimorar suas condições socioeconômicas quando retornassem para a América. O primeiro benefício criou o *United States Employment Service*, que ajudaria os veteranos a encontrar empregos que pudessem ser adequados, o quanto possível, às suas habilidades profissionais. O segundo benefício concedia ao veterano desempregado a percepção de um ano de indenização por desemprego, na razão de 20 dólares por semana. O terceiro benefício estabelecia que a *Veterans Administration* garantisse empréstimos aos veteranos para a aquisição ou construção de casa, fazenda ou pequeno negócio de veteranos, como uma espécie de fiadora, livrando os ex-combatentes do fantasma da hipoteca. O quarto benefício garantiria o pagamento dos estudos superiores e/ou profissionalizantes dos veteranos por quatro anos, em qualquer estabelecimento de ensino do país, fosse ele a prestigiada universidade de Yale, ou o menor Poddunk College.

As conseqüências dessa lei logo se fizeram sentir. Dois anos antes da guerra, aproximadamente 160 mil cidadãos eram graduados por ano no ensino superior americano. Em 1950, esta cifra já era de 500 mil graduados por ano. Como a lei previa aperfeiçoamento educacional em vários níveis, no ensino secundário e no profissionalizante, o número de contemplados elevou-se a milhões de cidadãos. Da população de 15 milhões e 400 mil veteranos americanos da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente 7 milhões e 800 mil (50,5%) receberam educação ou treinamento pela lei, 2 milhões e 200 mil deles em universidades.

O *G. I. Bill* sempre foi considerado o modelo por excelência do melhor tratamento do problema do retorno de um grande contingente de combatentes. É um verdadeiro mito. Políticos e *scholars* consideram-no um retumbante sucesso.²³ Entretanto, pesquisa recente mostrou que, se o sucesso realmente ocorreu, este não foi para todos. Os negros do *Deep South* (Georgia, Alabama, Mississippi, Louisiana) não desfrutaram tão eficientemente desses benefícios evocados. Na realidade, os preconceitos e segregações raciais do Sul norte-americano falaram mais alto que os direitos estabelecidos no *G. I. Bill*. Os veteranos negros encontraram dificuldades para conseguir emprego, e quando o obtinham, era em posições e funções subalternas, ainda que tivessem

especializações. Da mesma forma, o recebimento do auxílio-desemprego era dificultado ao máximo, assim como a criação do próprio negócio a partir de empréstimos afiançados pelo próprio governo. O que fizeram os veteranos negros? Alguns organizaram-se em grupos de pressão por seus direitos e conseguiram avanços. Nessa luta reside um dos embriões das lutas pelos direitos civis das décadas de 1950 e 1960.²⁴

O balanço global do *G. I. Bill* foi considerado favorável pelas autoridades civis e militares do país. Tal lei foi base de outras, em favor dos veteranos das guerras em que os Estados Unidos se envolveram, como a da Coréia e a do Vietnã, embora sem a mesma abrangência e impacto social. Isso pode ser explicado não pela legislação em si, mas pelo próprio clima de recepção favorável da “boa guerra” nos Estados Unidos. Quando a participação de conscritos americanos deixou de ter o apelo de uma causa justa, as dificuldades dos veteranos voltaram. Foi o caso dos veteranos da Guerra do Vietnã (Severo; Milford, 1989, p.317-381).

As consequências do *G. I. Bill* são debatidas até a atualidade, pois desde o final da Segunda Guerra Mundial se concebe a reintegração dos veteranos não apenas como problema de assistência, mas também como indutor de práticas sociais saudáveis em regimes democráticos. E embora exista um conjunto de leis posteriores — há pelo menos um *G. I. Bill* para veteranos de cada guerra travada pelos Estados Unidos —, é notável que a geração de veteranos da Segunda Guerra Mundial seja caracterizada como aquela na qual o engajamento cívico e a participação política tenham obtido os melhores resultados.²⁵

Assim como nos outros países aqui examinados, a política de recepção e reintegração social dos ex-combatentes produziu somente resultados satisfatórios quando houve a combinação de uma política governamental adequada e a aceitação social do sacrifício de sangue do ex-combatente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, algumas conclusões podem ser expostas. A primeira é a afirmação da importância do estudo relacionado aos ex-combatentes, suas associações, sua expressão política e a maneira como contribuem para moldar o impacto da guerra nas sociedades pelas quais lutaram. Sua expressão numérica e política não pode ser desprezada.

Em segundo lugar, foi possível compreender as diferenças entre as ex-

pressões políticas e sociais dos veteranos após cada conflito. Depois da Primeira Guerra Mundial, desenvolveu-se o “espírito de 1914”, uma crença generalizada entre os ex-combatentes de que pertenciam a um grupo especial, moldado a ferro e fogo nas trincheiras, e que reunia em si os predicados de lealdade, camaradagem, patriotismo e honra. Essa crença variou de nação para nação e mostrou que foi a integração complexa entre as contingências políticas, sociais e culturais de cada país que determinaram as respostas à política dos veteranos. Assim, na França, tal mito serviu para a pregação de pacifismo e apelos à cidadania. Na Alemanha, ao contrário, foi entendido como um apelo à revanche e ao nacionalismo excludente. Em outros países, como Grã-Bretanha e Estados Unidos, serviu mais para as finalidades pragmáticas de concessão de benefícios e pensões.

Esse mito, porém, não vicejou ao final da Segunda Guerra Mundial. As razões principais foram a natureza diferenciada da própria guerra e o impacto brutal da barbárie nazista e de sua glorificação da guerra, na memória das sociedades beligerantes. A expressão “sociedade beligerante” cabe aqui perfeitamente. Na Segunda Guerra Mundial, toda a sociedade se envolveu e, ao seu modo, participou da luta. A linha entre a frente de batalha e a frente doméstica nunca antes fora tão delgada e tão facilmente atravessada. Dessa forma, nenhum grupo combatente poderia arrogar a si as honras e os fardos da guerra. Ao invés de diferenciar, essa guerra tornou todos um pouco vítimas e um pouco algozes na barbárie.

Em terceiro lugar, observou-se certa evolução na forma pela qual as autoridades públicas trataram o problema da desmobilização e da reintegração social e econômica dos veteranos de guerra. Despreparados ao final da Primeira Guerra, os governos elaboraram planejamentos sociais de médio e longo prazo para o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Os resultados, apesar dos problemas ocasionais, foram satisfatórios, conquanto não tenham sido o ideal, em todos os países.

Por fim, percebeu-se uma clara relação entre o tipo de guerra combatida, a aceitação ou não da população civil na participação de seus jovens no conflito e a memória coletiva dessas guerras. Essa relação, que pode ser aplicada até mesmo em conflitos posteriores, como o caso das guerras da Argélia e do Vietnã, mostra as transformações pelas quais passou o ideal de recrutamento universal, sua expressão política e seu futuro, na guerra contemporânea. Nos últimos conflitos que envolveram nações, como um todo, representadas por seus exércitos regulares, a memória de guerra está cada vez mais restrita a

grupos menores e profissionalizados de soldados, e não mais ao cidadão-soldado, expressão máxima da Nação.

Portanto, mais que a existência ou não de uma estrutura de apoio e de programas de retorno dos combatentes à sociedade, a variável decisiva para definição do sucesso ou não da reintegração social foi a relação que a sociedade não-combatente travou com a guerra lutada e com seus combatentes. Em outras palavras, a aceitação ou não, pela população civil, da participação de seus jovens nos conflitos, bem como a memória social dessas guerras, repercutiram profundamente na forma como esses milhões de jovens retornaram às suas vidas sociais e profissionais.

NOTAS

¹ SKOCPOL, Theda. *Protecting soldiers and mothers. The political origins of social policy in the United States*. Cambridge (Mass.)/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1992. p.120 ss.

² Dos 65 milhões de homens mobilizados de todos os países beligerantes, aproximadamente 40 milhões participaram dos combates. Desses, 9 milhões morreram nos combates ou vítimas de doenças contraídas em campanha. Assim, tem-se a espantosa cifra de mais de 30 milhões de ex-combatentes, dos quais aproximadamente 6 milhões voltaram incapacitados, física ou mentalmente, da guerra. FERRO, Marc. *La Gran Guerra (1914-1918)*. Madrid: Alianza Editorial, 1970. p.380-384; WINTER, Jay. *Britain's lost generation of the First World War. Population studies*, London, v.31, p.452-468, 1977; para o caso francês, cf. FARON, Olivier. *Une catastrophe démographique. L'Histoire*, Paris, n.225, p.46-48, Oct. 1998.

³ PROST, Antoine. *In the wake of war: "Les Anciens Combattants" and French society*. Oxford: Berg Publishers, 1992. p.28-29.

⁴ Cf. TALBOTT, John E. *Soldiers, psychiatrists, and combat trauma. Journal of Interdisciplinary History*, v.27, n.3, Winter 1997, p.437-454. Sobre a má vontade das autoridades inglesas, cf. LEESE, Peter. *Problems returning home: the British psychological casualties of the Great War. The Historical Journal*, Cambridge, n.40, v.4, 1997, p.1055-1067; BOGACZ, Ted. *War neurosis and cultural change in England, 1914-22: The work of the War Office Committee of Enquiry into "Shell Shock". Journal of Contemporary History*, London: Sage, v.24, p.227-256, 1989. Para o caso francês, cf. BECKER, Annette. *Guerre totale et troubles mentaux. Annales — Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v.55, n.1, p.135-151, 2000; DELAPORTE, Sophie. 15.000 "gueules cassées". *L'Histoire*, Paris, n.225, Oct. 1998, p.40; BIESER, Hubert. *Du front à l'asile. L'Histoire*, Paris, n.225, Oct. 1998, p.42.

⁵ "Seu ressentimento [dos ex-combatentes] se expressava até mesmo contra as mulheres, as

quais, de certo modo, haviam se beneficiado da guerra, uma vez que a marcha dos homens havia permitido sua emancipação. Em geral, elas haviam escapado do risco de ficarem solteiras casando-se com estrangeiros que não haviam se alistado ou com homens quatro ou cinco anos mais jovens que os que normalmente haveriam de casar-se com elas, por não terem morrido na guerra" (FERRO, 1970, p.384); além das tensões resultantes do longo tempo de separação e dos desajustamentos do retorno dos combatentes, havia ainda um grande número de casamentos realizados às pressas, antes de os jovens embarcarem para combate, e que depois do retorno acabaram em divórcios. Cf. RUGER, William; WILSON, Sven E.; WADDOUPS, Shawn L. Warfare and welfare: military service, combat and marital dissolution. *Armed forces & society*, v.29, n.1, Fall, 2002, p.85-107; BECKER, 2000, p.136-139; FARON, 1998, p.47.

⁶ Na Grã-Bretanha, durante a guerra os mutilados ainda encontravam vagas nas indústrias de material e equipamento bélico. Contudo, quando a guerra acabou, tais vagas foram extintas, e os incapacitados tiveram de disputar os poucos empregos com os trabalhadores que não foram para a guerra e com aqueles que retornavam. Cf. ELSEY, Ena. *Disabled ex-servicemen's experiences of rehabilitation and employment after First World War. Oral History, Journal of the Oral History Society*, v.25, n.2, p.55-56, Autumn 1997.

⁷ Cf. LAYBOURN, Keith. "Waking up to the fact that there are any unemployed": women, unemployment and the domestic solution in Britain, 1918-1939. *History*, v.88, n.292, p.606-624, Oct. 2003; LLOYD, T. O. *Empire to Welfare State: English History, 1906-1967*. London: Oxford University Press, 1970. p.101 ss; TAYLOR, A. J. P. *English History, 1914-1945*. London: Penguin Books, 1975. p.187-194.

⁸ LAWRENCE, Jon. Forging a peaceable kingdom: war, violence and fear of brutalization in post-First World War in Britain. *The Journal of Modern History*, v.75, n.3, p.557-589, Sept. 2003.

⁹ PROST, 1992, p.137; MOSSE, *Fallen soldiers: reshaping the memory of the world wars*. New York: Oxford University Press, 1990. p.68-69.

¹⁰ MOSSE, George. Two World Wars and the myth of the war experience. *Journal of Contemporary History*, London, v.21, 1986, p.491-514.

¹¹ PROST, 1992, p.148; WINTER, Jay. Forms of kinship and remembrance in the aftermath of the Great War. In: WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel (Ed.). *War and remembrance in the Twentieth Century*. London: Cambridge University Press, 1999. p.48-60.

¹² PROST, Antoine. *Les anciens combattants et la société française, 1914-1939*. v.III, "Mentalités et idéologies". Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. p.226.

¹³ BENNETT, Michael. *When the dreams came true. The G. I. Bill and the Making of Modern America*. Washington (DC): Brassey's, 2000. p.43 ss.

¹⁴ DICKSON, Paul; ALLEN, Thomas B. *The bonus army: an American epic*. New York: Walker and Company, 2004. p.60-104; 153-206.

¹⁵ Expressão popular francesa para designar seus soldados na guerra. O equivalente inglês era *tommy* e, na Segunda Guerra Mundial, o equivalente norte-americano era a sigla *G. I.* (originado da etiqueta *Government Issue*, afixada nos uniformes e sacos de transporte dos soldados).

¹⁶ KOREMAN, Megan. A hero's homecoming: the return of the deportees to France, 1945. *Journal of Contemporary History*, v.32, n.1, p.11, 1997.

¹⁷ Cf. ROUSSO, Henri. *Les années noires: vivre sous l'occupation*. Paris: Gallimard, 1992. p.39 ss; AMOUROUX, Henri. *La vie des français sous l'occupation*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1961. p.274-275.

¹⁸ WIEVORKA, Olivier. La fin des héros. *L'Histoire*, Paris, n.233, p.36, juin 1999.

¹⁹ CAPDEVILA, Luc; VIRGILI, Fabrice. *Guerre, femmes et nation en France (1939-1945)*. Disponível em: www.ihtp.cnrs.fr/publications/guerre_femmes_FV_LC.html; PROST, Antoine. The Algerian War and the French collective memory. In: WINTER & SIVAN (Ed.), 1999. p.175-176.

²⁰ POPE, Rex. British demobilization after the Second World War. *Journal of Contemporary History*, v.30, p.67, 78, 1995; BRETT, Teddy; GILLIATT, Steve; POPLE, Andrew. Planed trade, labour policy and U. S. intervention: the successes and failures of post-war reconstruction. *History Workshop — a journal of socialist and feminist historians*, London, v.13, p.138 ss, Spring 1982; LLOYD, 1970, p.276.

²¹ PANDEKER, C.; WESSELY, S.; IVERSEN, A.; ROSS, J. What's in a name? Defining and caring for "veterans". The United Kingdom in a international perspective. *Armed Forces and society*, v.32, n.2, p.161-177, Jan. 2006; TAYLOR, 1975, p.52.

²² WYNNE, Neil A. The "Good War": the Second World War and postwar American society. *Journal of Contemporary History*, v.31, n.3, p.463-482.

²³ CAMPBELL, Alec. The invisible Welfare State: establishing the phenomenon of twentieth century veteran's benefits. *Journal of Political and Military Sociology*, v.32, n.2, 2004 (Winter), p.249-267; SEVERO, Richard; MILFORD, Lewis. *The wages of war: when America's soldiers came home — from Valley Forge to Vietnam*. New York: Simon and Shuster, 1989; GREENBER, Milton. *The G. I. Bill: the law that change America*. New York: Lice Publishers, 1997.

²⁴ ONKST, David H. "First a negro... incidentally a veteran": black World War Two veterans and the G. I. Bill of rights in the Deep South, 1944-1948. *Journal of Social History*, v.31, n.3, Spring 1998, p.517-543. Uma posição diferente, embora baseada em pesquisa de campo com veteranos negros que efetivamente receberam, de alguma forma, benefícios do G. I. Bill, e não com grupos a quem tais benefícios foram negados, é o estudo de Suzanne Mettler, "The only good thing was the G. I. Bill": effects of the education and training pro-

Francisco César Alves Ferraz

vision on African-American veteran's political participation. *Studies in American Political Development*, v.19, p.31-52, Spring 2005.

²⁵ METTLER, Suzanne. Bringing the State back in to civic engagement: policy feedback effects of the G. I. Bill for World War veterans. *American Political Science Review*, v.96, n.2, June 2002, p.351-365; METTLER, Suzanne; WELCH, Eric. Civic generation: policy feedback effects of the G. I. Bill on political involvement over the life course. *British Journal of Political Science*, n.34, 2004, p.497-518; METTLER, Suzanne. *The G. I. Bill and the making of the greatest generation*. New York: Oxford University Press, 2005. p.106 ss.

Artigo recebido em fevereiro de 2008. Aprovado em setembro de 2008.